

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE, DA S.A. FÁBRICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VIGOR

Pelo presente instrumento, de um lado,

- (a) **S.A. FÁBRICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VIGOR**, sociedade por ações com sede na Rua Joaquim Carlos, 396, Belenzinho, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 61.116.331/0001-86, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Emissora");

e, de outro lado,

- (b) **PENTÁGONO S/A DTVM**, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de debenturistas (os "Debenturistas") subscritores ou adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o "Agente Fiduciário"),

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Flutuante, da S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor (a "Escritura"), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é celebrada com base em deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora, realizada em 10 de março de 2006 (a "AGE"), nos termos do artigo 40 do Estatuto Social da Emissora.

CLÁUSULA II
REQUISITOS

A 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia flutuante, da Emissora (a "Emissão" e as "Debêntures", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1 Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A distribuição pública das Debêntures (a "Oferta") será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") conforme disposto na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (a "Instrução CVM 400"), e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.



2.2 Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata de AGE

A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (a “JUCESP”) e seu extrato será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal DCI Comércio Indústria & Serviços. Cópia da referida ata arquivada e registrada será enviada à CVM e ao Agente Fiduciário antes da concessão do registro referido no item 2.1 acima.

2.3 Inscrição da Escritura na JUCESP

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser submetida para tal inscrição dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de sua celebração..

2.4 Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID (“ANBID”)

A Emissão das Debêntures será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID (“ANBID”) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 20 do “Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” (o “Código ANBID”).

2.5 Registro para Distribuição e Negociação

2.5.1 As Debêntures terão registro para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA (“ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), segundo suas normas e procedimentos.

2.5.2 As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário no Sistema Nacional de Debêntures – SND (“SND”), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, segundo suas normas e procedimentos. As Debêntures submeter-se-ão aos controles de compensação e liquidação da CETIP.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Número da Emissão

A presente Emissão constitui a quarta emissão pública de debêntures da Emissora.

3.2 Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida no item 4.1.1. abaixo).



3.3 Número de Séries

A Emissão será realizada em 1 (uma) única série:

3.4 Distribuição e Colocação das Debêntures

3.4.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que a instituição líder, com expressa anuência da Emissora, organizará plano de distribuição, o qual poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, nos termos previstos no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

3.4.2 A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do anúncio de início da Oferta e a disponibilização do Prospecto aos investidores.

3.5 Limite da Emissão

3.5.1 A Emissão atende aos limites previstos no *caput* e no parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que:

- (i) o valor contábil do ativo da Companhia no valor de R\$478,2 milhões, diminuído do montante de suas dívidas garantidas por direitos reais no valor de R\$85,0 milhões, é de R\$393,2 milhões, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2005;
- (ii) a 1ª e a 2ª emissões de debêntures da Companhia já venceram e foram inteiramente pagas; e
- (iii) do montante total da 3ª Emissão, que na Data de Emissão da 3ª Emissão era de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), já foram amortizados, até a presente data, R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) relativos ao valor do principal relacionado à quantia devida na 1ª e 2ª parcela de amortização, e pagos R\$17.587.590,98 (dezessete milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa reais e noventa e oito centavos) relativos aos juros incidentes até 1º de abril de 2006.

3.6 Banco Mandatário e Escriturador

O banco mandatário e escriturador das Debêntures da 4ª Emissão será o Banco Bradesco S.A. (o "Banco Mandatário").



3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão integralmente destinados para reforço do capital de giro da Emissora.

3.8 Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto: (i) beneficiamento, industrialização, distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação do leite e seus derivados, de outros produtos alimentícios de qualquer gênero, de produtos agropecuários, máquinas, equipamentos, peças e insumos necessários a fabricação e venda de produtos da companhia; e de vinagres, bebidas em geral, doces e conservas; (ii) a prestação de serviços e assistência técnica e agricultores pecuaristas rurais; e (iii) participação em outras sociedades no País ou no exterior, como quotista, acionista ou associada.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Características Básicas

4.1.1 Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de abril de 2006 (a "Data de Emissão").

4.1.2 Valor Nominal Unitário: O valor nominal de cada Debênture será de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

4.1.3 Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 1.000 (mil) Debêntures.

4.1.4 Conversibilidade, Tipo e Forma: As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, nominativas escriturais.

4.1.5 Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND.

4.1.6 Espécie: As Debêntures são da espécie com garantia flutuante.

4.1.7 Prazo e Data de Vencimento: O prazo das Debêntures é de 3 (três) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 1º de abril de 2009 ("Data de Vencimento"), ocasião em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração de que trata o item 4.2 abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme definida no item 4.2 abaixo.



4.2 Remuneração

A Remuneração das Debêntures está estabelecida no Anexo I à presente.

4.3 Preço de Subscrição e Integralização

4.3.1 As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido de Remuneração (conforme definido no Anexo I), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.4 Forma de Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

4.5 Amortização

As Debêntures serão amortizadas conforme segue: (i) 10% (dez por cento) de seu Valor Nominal será devido em 1º de abril de 2007; (ii) 40% (quarenta por cento) de seu Valor Nominal será devido em 1º de abril de 2008; e (iii) o saldo remanescente de seu Valor Nominal será devido na Data de Vencimento, ou seja, em 1º de abril de 2009.

4.6 Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados, conforme o caso: (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) na sede da Companhia, ou (iii) pelo Banco Mandatário.

4.7 Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativas às Debêntures até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local da sede da Emissora, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo. Para os fins desta Escritura, serão Dias Úteis todos aqueles que não sejam considerados, nos termos deste item, dias sujeitos à prorrogação dos prazos (os "Dias Úteis"). No caso do item 4.2, dias úteis são aqueles assim reconhecidos pela CETIP.

4.8 Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, além da Remuneração, a juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, independente de qualquer comunicação pelo Agente Fiduciário, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata temporis* e linearmente, sobre o montante assim devido, acrescido da multa moratória de 2%



(dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.9 Decadência do Direito a Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.8 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.10 Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

4.11 Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas conforme previsto neste item 4.11 poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado, sendo que as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando colocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração e demais condições das demais Debêntures então em circulação.

4.12 Resgate Antecipado Facultativo

As Debêntures não estarão sujeitas ao resgate antecipado pela Emissora.

4.13 Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.14 Publicidade

Observados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no jornal DCI Comércio Indústria & Serviços e outros jornais habitualmente utilizados pela Emissora, informados nas Informações Anuais – IAN, e por meio da página na rede mundial de computadores da Emissora (<http://www.vigor.com.br>), sempre com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis, devendo a Emissora avisar, tempestivamente, o Agente Fiduciário, da realização de qualquer publicação.



CLÁUSULA V
VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Observado o disposto nos itens 5.1.1 e 5.1.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário, da Remuneração, ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas datas previstas nesta Escritura;
- (b) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou por quaisquer de suas controladas direta ou indiretas;
- (c) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência ou decretação de falência da Emissora, ou de quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas;
- (d) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou contra quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas, cujo valor em conjunto ou isoladamente ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ajustado pelo Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") desde a Data da Emissão, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, se for cancelado, ou, ainda, se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência;
- (e) vencimento antecipado de qualquer obrigação da Emissora ou de quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas decorrente de inadimplemento de obrigação de pagar qualquer valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ajustado pelo IGP-M desde a Data da Emissão, ou o equivalente em outras moedas;
- (f) falta de pagamento, pela Emissora ou por quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas, na data de vencimento, de quantia igual ou superior, em valor individual ou total, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de Reais), relacionada a acordo ou contrato de que sejam partes como mutuárias ou garantidoras;
- (g) não cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação relevante não pecuniária prevista nesta Escritura não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, pela Emissora, de notificação do respectivo inadimplemento enviada pelo Agente Fiduciário;
- (h) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, pela Emissora, quando esta estiver em mora com



relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

- (i) as declarações previstas na Cláusula IX desta Escritura de Emissão provarem-se falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
- (j) incorporação, fusão ou cisão da Emissora ou a implementação de qualquer reestruturação societária da Emissora que implique na transferência direta ou indireta do seu controle acionário, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto quando a incorporação, fusão, cisão ou reestruturação societária tenham sido previamente aprovadas pelos Debenturistas em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para tal fim, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo; e
- (k) demais casos previstos em lei e não contemplados nas hipóteses acima.

5.1.1 A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (a), (b), (c) e (d) do item 5.1 acima acarretará o vencimento automático das Debêntures. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos demais subitens do item 5.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia de Debenturistas prevista neste item poderá ser convocada pela Emissora, caso o Agente Fiduciário deixe de cumprir com a obrigações aqui estabelecida.

5.1.2 Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.1.1 acima, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido de Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, nos termos do item 5.1.1 acima, a menos que os Debenturistas titulares das Debêntures que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

5.2 Na ocorrência de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 5.1.2 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data de seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação neste sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula X desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.8 acima.

CLÁUSULA VI **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:



- (a) fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em seu *website*:
 - (i) após o término do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, suas demonstrações financeiras completas consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
 - (ii) após o término de cada trimestre do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, suas informações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório de revisão dos auditores independentes;
 - (iii) informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 06 de dezembro de 1993, ou de norma que venha a revogá-la ou substituí-la no tocante à entrega de informações periódicas, nos prazos ali previstos;
- (b) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;
- (e) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- (f) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da regulamentação aplicável;
- (g) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituição autorizada a prestar este serviço, podendo, para tanto, usar a estrutura e os serviços de atendimento a seus acionistas;
- (h) manter seus ativos operacionais relevantes adequadamente segurados, conforme as melhores práticas correntes do mercado de atuação da Emissora;
- (i) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura, em especial os que impeçam o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;
- (k) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito no item 3.7 acima;
- (l) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 5.1 da Escritura;



- (m) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, ressalvadas aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito;
- (n) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, Instituição Escrituradora, o Agente Fiduciário, sistemas de negociação no mercado secundário (SND), e agência de *rating* que divulgue relatório, com periodicidade pelo menos anual, com súmula de classificação de risco das Debêntures;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos do item 7.7 desta Escritura; e
- (p) observar os limites de emissão prescritos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA VII

AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 Nomeação

7.1.1 A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Pentágono S/A DTVM, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

7.1.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

7.2 Declaração

O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 ou, em caso de alteração, a que vier substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

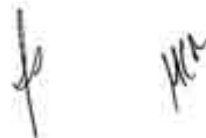


- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, e suas atualizações;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas em referido instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações previstas em referido instrumento não infringe qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (l) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no *caput* e parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.5 da presente Escritura.

7.3 Substituição

7.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 7.3.6 abaixo.

7.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

Two handwritten signatures in black ink, one on the left and one on the right, appearing to be initials or names.

7.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser inscrito na JUCESP.

7.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

7.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

7.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

7.3.8 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM.

7.3.9 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura, que deverá ser registrado na JUCESP.

7.4 Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e seus respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura nela existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas, referentes à Emissora, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos do item 8.1.2, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.14, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer a qualquer Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - 1.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - 1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;



- l.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- l.6) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
e
- l.7) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (m) disponibilizar o relatório de que trata a alínea "l" aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - m.1) no endereço para comunicações da Emissora, informado na Cláusula 10.1;
 - m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) CETIP; e
 - m.5) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures;
- (n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.14, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m";
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à CETIP;
- (p) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - r.1) à CVM;
 - r.2) à CETIP; e
 - r.3) à própria Emissora;



- (s) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

7.5 Atribuições Específicas

7.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora em relação à presente Escritura, não sanado nos prazos estabelecidos nesta Escritura:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora, salvo deliberação contrária em Assembleia Geral de Debenturistas.

7.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) do item 7.5.1, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de 75% das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) do item 7.5.1.

7.6 Remuneração

7.6.1 Será devido ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) Parcelas anuais de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo que a primeira parcela será devida 5 (cinco) dias após a assinatura da presente Escritura e as demais na mesma data dos anos subseqüentes;
- (b) As parcelas indicadas no item (a) acima serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (c) As parcelas referidas acima serão atualizadas de acordo com a variação do IGP-M, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, anualmente a partir da data do primeiro pagamento, calculadas "pro-rata die", se necessário.;



- (d) A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, sendo tais despesas, desde que razoáveis e devidamente comprovadas, de responsabilidade da Emissora;
- (e) Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência; e
- (f) A remuneração prevista na alínea (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora.

7.6.2 Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

7.7. Despesas

7.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e devidamente comprovadas em que ele tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos.

7.7.2 O ressarcimento, a que se refere o item 7.7.1, será efetuado em até 7 (sete) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas razoáveis efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

7.7.3 O crédito do Agente Fiduciário por despesas razoáveis e devidamente comprovadas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do item 7.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

7.7.4 Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a Emissora deverá pagar,



em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e relativos às Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devida a tal cobrança, desde que razoáveis e devidamente comprovados.

CLÁUSULA VIII

ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

A Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

8.1 Convocação

8.1.1 A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures, conforme o caso, ou pela CVM.

8.1.2 A Assembléia de Debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da primeira convocação, e no prazo máximo de 8 (oito) dias contados da segunda convocação.

8.2 Quorum de Instalação

8.2.1 A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

8.2.2 Para efeito da constituição de todo e qualquer quórum de instalação e/ou de deliberação de Assembléia Geral de Debenturistas previstos na presente Escritura ou na legislação aplicável, consideram-se como Debêntures em Circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de (i) controladas e coligadas; (ii) controladoras (ou grupo de controle da Emissora ou controladas); (iii) administradores da Emissora, das controladas ou das controladoras; (iv) funcionários da Emissora, das controladas ou das controladoras; (v) parentes de até segundo grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (iv) acima; e (vi) de qualquer forma indiretamente detida por qualquer dos agentes descritos em (i), (ii), (iii), (iv) e (v) acima (as "Debêntures em Circulação").

8.3 Mesa Diretora

A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4 Quorum de Deliberação

8.4.1 Nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação, conforme definida no item 8.2.2 desta Escritura, caberá um voto, admitida a constituição de



mandatário, Debenturista ou não. As Debêntures não consideradas "Debêntures em Circulação" não terão direito a voto.

8.4.2 As alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração e/ou Prazos de Vencimento das Debêntures, datas e percentual de amortização e de pagamento da remuneração deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação. Alterações a qualquer dos quoruns de deliberação previsto nesta Escritura, sobre uma determinada matéria, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem o quorum de deliberação previsto nesta Escritura para referida matéria.

8.4.3. Sem prejuízo do quorum de 100% (cem por cento) previsto no item 8.4.2 acima, na hipótese de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 05 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do CDI, o quorum necessário para definição da nova Remuneração aplicável às Debêntures deverá ser composto por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA IX **DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade privada devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura, à Emissão das Debêntures e ao cumprimento com suas obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações previstas nesse instrumento não infringe qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou suas controladas, diretas ou indiretas;
- (d) esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- (e) que os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (ou suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (ou suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou suas controladas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;



- (f) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora anexadas ao Prospecto (abaixo definido), representam corretamente a posição financeira da Emissora e suas controladas nas datas indicadas, em todos os aspectos relevantes, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (g) os prospectos preliminar e definitivo da Oferta (em conjunto doravante denominados “Prospecto”) conterão, na data de início da distribuição das Debêntures, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora e suas controladas no contexto da presente Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e de suas controladas, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora e suas controladas são verdadeiras, consistentes, corretas e completas em seus aspectos materiais;
- (h) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto em relação à Emissora são dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (i) não há fatos materiais relativos à Emissora, suas controladas diretas ou indiretas e coligadas, ou relativos às Debêntures, que sejam do seu conhecimento, não divulgados no Prospecto cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (j) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (k) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e
- (l) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor.

9.1.1 A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretratável a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores desta Emissão, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores da Emissão, seus respectivos diretores, empregados e consultores, em razão da inveracidade, insuficiência, inconsistência, imprecisão ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.



9.1.2 Sem prejuízo do disposto no item 9.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário ~~cada~~ quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA X **DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2 Correção de Valores

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data de assinatura desta Escritura. Essa disposição não se aplica à Cláusula Quarta, a qual será regida por seus termos específicos.

10.3 Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4 Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor

At.: Vinicius Vieira Ramos

Diretor de Relações com Investidores


Rua Joaquim Carlos, 396, Belenzinho

São Paulo – SP

Tel.: (11) 6099-5813

Fax: (11) 6099-5848

E-mail: vvv@vigor.com.br

Two handwritten signatures in black ink are located at the bottom right of the page. The first signature is a stylized 'f' or 'v' shape, and the second is a more complex, cursive signature.

Para o Agente Fiduciário:**Pentágono S/A DTVM**

At.: Sr. Maurício da Costa Ribeiro
Av. das Américas, 4.200 – sala 514 – Bloco 4
Rio de Janeiro – RJ 22640-102
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046

Para o Banco Mandatário:**Banco Bradesco S.A.**

At.: Cassiano Ricardo Scarpelli
Cidade de Deus, s/n, Vila Yara
Prédio Amarelo – 2º andar - Osasco
São Paulo, SP 06029-900
Tel: (11) 3684-4522
Fax: (11) 3684-5645

Para o Banco Escriturador:**Banco Bradesco S.A.**

At.: Cassiano Ricardo Scarpelli
Cidade de Deus, s/n, Vila Yara
Prédio Amarelo – 2º andar - Osasco
São Paulo, SP 06029-900
Tel: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-2714

Para a CETIP:**CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação**

SND – Sistema Nacional de Debêntures
Rua Líbero Badaró, 425 - 24º andar
01009-000 - São Paulo, SP
Tel.: (11) 3111-1400 / 1596 / 3365-4925
Fax: (11) 3111-1563 / 1564

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

10.5 Divisão

Caso qualquer das disposições ora aprovada venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as



partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.6 Irrevogabilidade e Irretratabilidade

Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento de qualquer dos requisitos relacionados na Cláusula II supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.7 Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

10.8 Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.9 Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

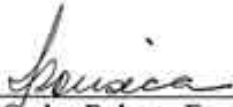
Two handwritten signatures in black ink, one appearing to be a stylized 'f' and the other a more complex scribble.

Esta página é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Flutuante, da S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 27 de abril de 2006

S.A. FÁBRICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VIGOR

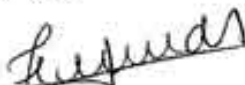

Nome: Carlos Roberto Fonseca
Cargo: Procurador


PENTÁGONO S/A DTVM


Nome: Marcelo Ribeiro
Cargo: ~~Diretor~~ Procurador

Nome:
Cargo:

Testemunhas:


Nome: Marcelo Vicare Fernandes
CPF: RG. 22.999.525-1 SSP/SP


Nome: Rúbis Carvalho Neves
CPF: RG. 44.215.009-X SSP/SP
CPE. 325.393.598-17



JUCESP

Esta página é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Flutuante, da S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor

ANEXO I

REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

TAXA DI

4.2. Remuneração

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração ("Remuneração"):

4.2.1 Atualização

O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

4.2.2. Juros Remuneratórios

As Debêntures renderão juros, correspondentes à variação acumulada de 110% (cento e dez por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo ("Taxas DI"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, incidente sobre o valor nominal da Debênture, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios"), e pagos ao final de cada Período de Capitalização.

Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia em Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo que a última Data de Pagamento de Remuneração deverá coincidir com a Data de Vencimento das Debêntures.

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:



J corresponde ao valor unitário dos juros remuneratórios acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização,

VNe corresponde ao Valor Nominal Unitário da Debênture no primeiro Período de Capitalização, ou saldo do valor nominal unitário no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI corresponde ao produtório das taxas DI com uso de percentual aplicado, a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de pagamento dos juros remuneratórios exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n corresponde ao número total de taxas DI consideradas na anualização, sendo "n" um número inteiro;

p corresponde ao percentual aplicado sobre a taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais;

TDI_k corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n

DI_k corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

O fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.



Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI \times \frac{P}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.2.1. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do percentual, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação (o "Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. A Assembléia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI.

4.2.2.3. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% do total das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) A Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) A Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures. Nesta alternativa, caso a Emissora pretenda realizar o resgate das Debêntures em mais de uma data, o resgate deverá ser realizado



mediante sorteio, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. Caso aconteça o resgate parcial citado, o mesmo deverá ser realizado (i) para as debêntures registradas no SNC, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e de venda definitiva", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade, ou (ii) por meio da Instituição Depositária, no caso do debenturista não estar vinculado à CETIP. Durante o prazo de resgate das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 4.2.2 ou 4.5 da Escritura, observado que, até o resgate integral das Debêntures será utilizada uma taxa de Remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.

* * *

